



## **A parcialidade a favor da valorização da cultura negra – Revista AfricAxé<sup>1</sup>**

Eli Cristina ANTONELLI<sup>2</sup>

Elza Aparecida Oliveira Filha<sup>3</sup>

Universidade Positivo, Curitiba, PR

### **RESUMO**

A revista AfricAxé nasceu como um veículo alternativo em favor da valorização da cultura negra, contra o preconceito e o racismo. Sua primeira publicação ocorreu em 1992 e apresentou uma proposta diferente do convencional pois AfricAxé é uma revista que não tem compromisso com periodicidade. Segundo seu mentor, Glauco de Souza Lobo, o compromisso é com a linha editorial. AfricAxé abre suas páginas para dar voz aos movimentos negros, publicando suas opiniões sem exercer censura, mesmo que essas conflitem com a posição do Instituto Cultural e de Pesquisas Ilú Ayê Odára, responsável pela revista. A proposta da revista é politizar e fortalecer os movimentos negros, por meio da divulgação da história do povo negro e da contribuição deste na construção da identidade do povo brasileiro. Posiciona-se como parcial, em prol da luta pela valorização da cultura do negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** revista; movimento negro; identidade brasileira; comunicação

---

1 Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do XXXII Congresso de Ciências da Comunicação.

2 Eli Cristina Antonelli é aluna concluinte no curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Positivo. (2010).

É co-autor do livro “Jornalistas Empreendedores”, que deverá ser lançado pela Editora Pós-Escrito em 2010. Elabora uma revista e um encarte de literatura temático voltado à lei 10.639/2003, destinados a professores de escolas públicas e particulares [elijornalismo@yahoo.com.br](mailto:elijornalismo@yahoo.com.br)

3 Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo Elza de Oliveira Filha, e-mail: elzaap@hotmail.com..



## **A REVISTA**

Publicada pelo Instituto Cultural e de Pesquisas Ilu Aye Odara, uma descendência do grupo Senhor do Bom Fim criado em 1989, a revista AfricAxé deixou de tratar de temas exclusivos da temática da religião africana. Os grupos foram separados, pois se observou que se tornariam muito mais fortes. O Ilu Aye Odara é destinado a questões culturais e o Bom Jesus a questão religiosa. Em 1992, foi publicada a primeira edição focando o objetivo específico de produzir um veículo de comunicação que desse voz ao grito negro e fortalecesse os movimentos negros de todo o Brasil.

A revista tem como origem o programa de rádio que foi ao ar por 40 anos, não consecutivos, com o mesmo nome AfricÁxe, nas emissoras Rádio Rock de Curitiba, Rádio Capital “AM” e Rádio Educativa, todas paranaenses.

A revista AfricÁxe nasceu com objetivo de se tornar uma publicação de ideias, com a colocação dos seus pontos de vista. O foco não era notícia, apesar de trazê-las em todas as edições.

A primeira publicação de setembro de 1992 era produzida ainda em formato de papel jornal. Foram sete edições dentro dessa primeira etapa, finalizada em 1994. A segunda fase contou com quatro edições, sendo a primeira em janeiro de 2004 e a última edição em maio de 2006. O presidente do Instituto Cultural e de Pesquisa Ilu aye Odara, Glauco Souza Lobo, explica o porquê de não haver uma periodicidade da publicação.

Desde as primeiras edições a periodicidade não foi o fator relevante para a revista. Já nos primeiros contatos publicitários observamos que havia uma constante intenção de tentativa de mudar a linha editorial. A viabilização do projeto não ficou condicionada, desta forma a publicação a qualquer custo. Linha editorial não está em discussão na AfricÁxe. (LOBO, 2010)



Num primeiro momento é comum imaginar que o editor da *AfricÁxé* é um senhor negro do movimento, mas Glauco é um branco com consciência crítica e totalmente inserido na cultura e religião africana. Descendente de escravo por parte de mãe, Glauco é carioca, mas vive em Curitiba desde os 6 anos, cidadão honorário da cidade, é pai de 10 filhos, 23 netos e um bisneto. Já foi ator circense, trabalhou nos jornais *Diário Carioca*, *Tribuna*, *Estado do Paraná*, *A tarde*, *O Diário do Paraná*. Por ser descendente de negros, Glauco teve contato com a cultura africana desde a infância. Aos 8 anos já frequentava o terreiro de Pedrinho de Andrade em Curitiba e foi o primeiro presidente da Fundação Umbadista do Paraná. Atualmente é dirigente do Grupo Clóvis Moura, responsável pelas comunidades quilombolas remanescentes do Paraná.

## **RACISMO E DESIGUALDADE COMO HERANÇA**

Desde o início do século XVII os escravos fugiam da sua condição para viverem em regiões afastadas, chamadas quilombos. Nesses lugares de difícil acesso criavam suas comunidades. Com o passar dos anos essas regiões deixaram de ser lugar de fugitivos. Após a abolição em 1888, essas terras foram vendidas sem dar importância às comunidades que ali viviam. Somente na Constituição Federal de 1988 (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), os quilombos tornaram-se direito dos descendentes. Essa luta pelo direito às terras ainda permanece. (VALLE, 2008). No Paraná são 16 municípios que tem uma comunidade quilombola reconhecida (Adrianópolis, Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Candói, Castro, Curiúva, Doutor Ulysses, Guairá, Guarapuava, Guaraqueçaba, Ivaí, Lapa, Palmas, Ponta Grossa, São Miguel do Iguazu e Turvo) (INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRÁFICAS E GEOCIÊNCIAS, 2009).

Nesses 120 anos pós-libertação dos escravos se fez necessário uma busca constante pela garantia de direitos do negro. A sociedade brasileira ainda carrega uma dívida com a população negra que sofre preconceitos, violência física e moral e discriminação no mercado de trabalho.

A construção do racismo não tem a atitude individual como único pilar de sustentação; ela passa pela criação de teorias, cujas justificativas constam em livros e são reforçadas em salas de aulas, apresentando até mesmo pseudo teses científicas. Ao se



pensar em redução e exclusão do racismo é preciso promover, antes de qualquer coisa, a quebra desses conceitos (SANTOS, 1980, p. 9).

Racismo, explica o autor, é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros. Por raça define-se o conjunto de características dos indivíduos, como cor do cabelo, cor da pele e estatura. O racismo nasceu da necessidade de defender algo, resultado de uma insegurança do ser humano. Santos expõe uma metáfora na qual relata uma criança com receio de perder um objeto, uma bola, por exemplo. Essa criança alega que todos os meninos que se aproximam para tomar seu brinquedo são negros. Daí nasceriam os estereótipos: todos os meninos negros são tomadores da bola que não pertencem a eles. O estereótipo é a visão simplificada e conveniente de um grupo. Do estereótipo nasce a segregação. Por exemplo, para a criança dona da bola não é concebível dividir a disputa de uma vaga numa escola com uma criança negra que seria a responsável pelo roubo de sua bola (SANTOS, 1980, p. 10).

A partir disso, a progressão é o nascimento da necessidade de eliminação da criança que rouba a bola e é capaz de competir. Desperta então o desejo de genocídio, eliminação completa do grupo que ameaça sua condição de domínio. Santos, esclarece que, apesar de um primeiro momento ao analisar esta metáfora da criança e a posse de sua bola, as pessoas passaram a acreditar que o racismo nasça sozinho, essa afirmação não é verdadeira. O racismo nasce da repetição de ações e palavras na sociedade, como, por exemplo, a ideia de que ao se repetir para uma criança que ela está “preta de sujeira”, cria inconscientemente nela a verdade absoluta de que preto é sujo e ruim (id).

De acordo com o autor, os europeus - que ressuscitaram a escravidão movidos pelos sentimentos do capitalismo de obtenção do lucro exagerado - precisavam criar uma defesa para seu ato vergonhoso que manchou a história da civilização ocidental. Para defender a selvageria alegavam que os negros eram seres inferiores e precisavam ser civilizados, pois eram incapazes e servis. Santos (1980, p. 24) apresenta o argumento de Ginés de Sepúlveda, intelectual colonialista espanhol do século XVI que comparou os índios a macacos e porcos.

Os espanhóis tem todo o direito de exercer seu domínio sobre estes bárbaros do novo Mundo e ilhas adjacentes, os quais em prudência, inteligência e toda espécie de virtudes e sentimentos humanos são tão inferiores aos espanhóis quanto as crianças com relação aos adultos, as mulheres com relação aos homens, pessoas cruéis e desumanas com relação a pessoas mansas, pessoas desequilibradas com relação a pessoas equilibradas; e, enfim, estou prestes a admitir que com relação aos



espanhóis estão na posição de macacos em relação a homens. (...) São como porcos: estão sempre olhando para o chão, como se nunca tivessem visto o céu.(...) tudo isto não prova que eles são escravos de natureza? (...) Esses homenzinhos tão bárbaros, tão incultos, tão desumanos (LIPSCHUTZ, 1963, p. 72-73 apud SANTOS, 1980, p. 24-25).

No Brasil, um intelectual defensor das ideias racistas muito cultuado foi Oliveira Viana, cujos pensamentos remontam à criação da sociologia brasileira. Sua obra tinha como base os princípios da eugenia, ciência que tem por objetivo a melhoria das raças humanas, simplificados nos três princípios fundamentais:

*1º Os acontecimentos da vida de um povo se explicam pela sua formação racial*

*2º O comportamento psicológico de um povo é determinado pela sua raça. (assim como o temperamento de uma pessoa é determinado pela sua morfologia)*

*3º A raça negra, que tem um comportamento psicológico instável, nunca criou nem vai criar civilização. (VIANA, 1932 p. 232 apud SANTOS, 1980, p. 30-31).*

Oliveira Viana não acreditava que os resquícios de civilização encontrados na África fossem frutos da criação integral dos negros. Segundo ele, os negros para exercerem um papel civilizador precisavam se misturar com outras raças, especialmente as raças arianas ou semitas (SANTOS, 1980, p. 30).

A população negra, em sua maioria, ainda hoje vive marginalizada e na exclusão. Durante séculos seus direitos têm sido negados e vivem uma humanidade incompleta. A partir disso, as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira se tornaram naturalizadas. Silvia e Carneiro (2008) avaliam um estudo realizado por Barbosa (1998) que indicava que homens negros têm maior propensão a morrer por homicídios que homens brancos.

(...) o perfil de mortalidade do homem negro oferece possibilidades de compreensão das condições de vida da família negra, em sua maioria, pautada pela carência em moradia, instrução, emprego e renda, onde se encontram em maior proporção as chefias de mulheres. (BARBOSA, 1998, pag. 100, apud SILVA, CARNEIRO, 2008, p. 12)

Waiselfisz (2006, p. 58 apud SILVA;CARVALHO 2008, p. 11) reafirma os dados registrados na série documental Mapa da Violência: os jovens do Brasil em que os negros permanecem como principais vítimas de homicídios. Em 2004, a taxa registrada de vítimas deste grupo foi de 31,7 em 100 mil, paralelamente a população branca teve 18,3 homicídios



em 100 mil brancos. O resultado foi 73,1% de vítimas de homicídio a mais do que pessoas brancas.

Silva e Carneiro (2008, p. 13) avaliam os dados relativos ao comparativo de jovens negros mortos por homicídios, afirmam que essa realidade não é igualmente acompanhada de soluções para a redução das desigualdades raciais. O racismo dá base a estrutura das relações sociais. E a partir dessa realidade é possível identificar que os negros tornam-se os mais vulneráveis à violência. Os autores afirmam que a existência de negros na taxas de homicídios e a perda de vida de jovens negros em sua fase produtiva, precisa de forma urgente de mais atenção das autoridades. A manutenção de um estado de indiferença reafirma a situação de marginalidade, pobreza e opressão, pois essa população não tem acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, estando irremediavelmente exposto à violência.

## **UMA ABORDAGEM DO CONTEÚDO**

Em 2003, graças a luta e a pressão dos movimentos negros do Brasil o governo federal sancionou a lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares. A lei altera a lei 9.394, de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes de bases da educação nacional. A revista AfricÁxe já levantava a bandeira da necessidade de rever a forma da representação do negro nos livros didáticos. A primeira edição de setembro de 1992 traz a matéria “ O negro e o livro didático: jogo duro”. O texto é uma constatação da necessidade de obras que tragam às crianças e aos jovens uma abordagem diferente da escravidão.

(...) desde pequena, a criança negra sente na pele a discriminação. Os padrões de ensino têm como referência o branco. Os personagens dos livros didáticos ou literários ao quase sempre brancos. A história ensinada pouco esclareceu e muito confundiu: o índio era preguiçoso, o negro aceitava docilmente a escravidão, a abolição foi um ato de bondade de uma princesa. Ora, nestas condições, o aluno negro sente-se marginalizado, sem identidade própria. (AFRICÁXE, 1992, p. 20)

A discussão se estende focando que esta falta de identidade no espaço da escola, era uma das razões para a evasão escolar da população negra. A matéria apresenta um exemplo de uma obra “Jogo Duro” que teria a finalidade de mostrar esta realidade de forma



diferente. O livro contava a história de um grupo de crianças negras, mulatas, brancas, alunas de escola pública que vivem em um enredo de aventura, focando o racismo.

AfricÁxe se posicionava como um reflexo das ações e da voz aos movimentos sociais. A lei 10.639/2003 é uma conquista dessas pressões veio trazer uma ferramenta de combate ao preconceito a partir da ação dos educadores. Os articulistas Delton Aparecido Felipe e Teresa Kazuko Teruya resgatam traços da origem de como o negro foi colocado em um papel secundário na educação. Para eles, é importante reforçar o ensino da história do negro. Os autores pontuam a necessidade urgente de uma maior contribuição de pesquisas na formação de professores do ensino de história e cultura afro-brasileira e África na educação básica visando suprir a carência de informações.

Apesar da História da Educação Brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afrobrasileiras. Essa história está sendo resgatada por pesquisadores, grande parte de origem afrodescendente, que procuram evidenciar as informações que retratam as relações educativas do negro com as escolas oficiais e com o próprio movimento negro brasileiro. A maioria desses trabalhos aborda períodos recentes, sendo em poucos estudos exploram as informações sobre a escolarização do negro, no início do período republicano (FELIPE; TERUYA, 2007).

Em suas primeiras edições a revista já focava também a cultura e religião em suas pautas. A edição de novembro de 1992, além da matéria tratando a situação de exclusão do negro “Negros e Índios Marginalizados”, apresentava uma sequência de textos ligados a religião africana: “Grupo Folclórico Nigeriado em Candomblé Curitibano”, “Ensino Religioso ou Ensino Ideológico” e “Os Orixás na Diáspora”

A última edição da primeira fase, a edição de 1993, procurou reforçar a necessidade do fortalecimento da religião africana. O editorial “A inculturação pela fé” explicitava que a colonização forçou a incorporação da religião católica, mas que isso não parou neste período. Ao longo dos anos elementos de ritos africanos apareceram nas missas católicas e foram incorporados com objetivo de atrair os descendentes de africanos para a religião católica, enfraquecendo as raízes negras.



## APÓS UMA DÉCADA DE LUTA

A segunda fase iniciou em janeiro de 2004. A revista já não era mais produzida em papel jornal e sim em couchê. A quantidade de páginas manteve-se em 20, não houve mudança na diagramação do título, sendo que das quatro edições da segunda fase, três apresentaram título na cor amarela. Todas as capas focavam personagens relevantes no cenário do movimento negro.

A diagramação das páginas da nova fase segue o princípio de alinhamento não se deve colocar arbitrariamente elementos em uma página. Os itens devem ter uma conexão visual. Observa-se uma unidade coesa, muito forte, os elementos ficam separados uns dos outros, como se houvesse uma linha invisível juntando todos os itens (WILLIANS, 2006, p. 31).

O editorial da primeira edição de retorno de janeiro de 2004 afirma que nos 12 anos em que a publicação ficou suspensa, muitas mudanças ocorreram. Desde as vitórias como a da lei 10.639/2003, percebeu-se que novas lutas se aproximavam. O ponto principal desta edição é a discussão das cotas nas universidades públicas para afrobrasileiros. O editorial traz ainda o fortalecimento da defesa e manifestação das religiões africanas, tema sempre recorrente na primeira fase. Reforça ainda que a revista *AfricÁxe* tem como missão possibilitar o conhecimento de facetas das mais variadas culturas africanas e o repasse principalmente aos jovens, para que pudessem cada vez mais se orgulhar de suas raízes.

A edição de retorno traz um artigo do senador Cristovam Buarque, na época ministro da educação. Nas edições anteriores o senador já contribuía com artigos diversos sobre racismo. Com o título “Cota cem” o ex-ministro afirmava que, depois de quatro séculos de escravidão e um século sem terra para trabalhar, sem educação para os filhos, os negros brasileiros têm direito a uma política de discriminação afirmativa que recuperasse para alguns dos seus os direitos que lhes eram e são negados.

Nesta edição de retorno, observou-se também uma maior proximidade com as universidades com o artigo “O papel do poder judiciário no combate ao racismo”, assinado por André Luiz Nunes da Silva, advogado e professor de Direitos Humanos das Faculdades Campo Real de Guarapuava. Nas edições seguintes esta participação de docentes se repetiu.

A edição de agosto de 2004 apresenta pequenos perfis de pessoas de relevância no movimento negro ou simplesmente pessoas de destaques: negros do Paraná.





Nesta edição o editorial traz uma crítica à lei 10.639/2003, pois ela tem um dos seus artigos vetados - aquele que colocava o movimento negro nas discussões do ensino da história e cultura afrobrasileiras e africanas nas escolas. Há também um reforço dos textos opinativos. Mello (2003, p. 101) expõe a importância do gênero opinativo nos veículos de comunicação, diferente do que ocorria no passado onde opinião significava unicamente o olhar do dono do veículo, como no exemplo da produção de Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Na atualidade o gênero opinativo tem ampla relevância na comunicação.

Por mais que a instituição jornalística tenha uma orientação definida (posição ideológica ou linha política), em torno da qual pretende que as suas mensagens sejam estruturadas, subsiste sempre uma diferenciação opinativa (no sentido de atribuição de valor aos acontecimentos). As condições de produção do jornalismo atual exigem a participação de equipes numerosas, donde a impossibilidade de controle total do que se vai divulgar (MELO, 2003 p. 101).

Neste sentido os editoriais repetem a ideia de que a revista *AfricÁxe* é aberta as opiniões dos movimentos negros, mesmo que estas sejam contrárias a posição do Instituto responsável pela publicação da revista, reforçando o seu caráter democrático.

A edição de janeiro de 2005 traz como matéria principal “O Paraná Negro” quebrando o paradigma que o Estado do Paraná é construído com bases de imigrantes em sua maioria. No editorial o presidente do Instituto Ilu Aye Odara, Glauco Lobo, passa a edição da revista para o professor Jayro Pereira de Jesus, que foi responsável pelo primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em Culturas Africanas e Relações Inter-Ética na Educação Brasileira.

A partir desta edição histórias sobre os países africanos ganham mais espaço “África hoje, Moçambique”, espaço em que é apresentada a situação dos países.

A última edição foi publicada em maio de 2006 o destaque é que a revista estava buscando se consolidar como uma política editorial de forma a se inscrever como uma publicação voltada ao ideário pela cidadania. A revista traz a sequência da matéria “Paraná Negro”. Junto a edição uma matéria mais crítica “As cotas raciais e a reação da elite universitária”

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

LOBO, Glauco de Souza. Em entrevista 07/04/2010.



INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRÁFICAS E GEOCIÊNCIAS, 2009. **Comunidades Quilombolas e Negras Tradicionais**, 2010. Disponível em:

<<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>> Acesso em 27/03/2010

MELLO, Marques José de. **Jornalismo Opinitivo gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Editora Mantiqueira. Campos do Jordão/SP. 2003

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1991

SILVA, Rodnei da Jericó ,CARNEIRO, Suelaine. **VIOLÊNCIA RACIAL: Uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. Geledés Instituto da Mulher Negra e Global Rights Partner for Justice. São Paulo. 2009

TERUYA, Kazuko Tereza, FELIPE, Aparecida Deon. **O negro no pensamento educacional brasileiro durante a primeira república (1989-1930)**. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n.27, p112 –126, set. 2007. Disponível em <  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art09\\_27.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art09_27.pdf)>. Acesso em 08/04/2010

WILLIANS, Robin. **Design para quem não é design**. São Paulo. Editora Callis, 2006.